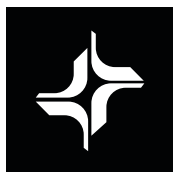


Colégio
00001Sala
0001Ordem
0001

Agosto/2019

**JUSTIÇA FEDERAL**
Tribunal Regional Federal da 4ª Região**Concurso Público para provimento de cargos**
Técnico Judiciário
Área Administrativa

Nome do Candidato

Caderno de Prova '05', Tipo 001

Nº de Inscrição

MODELO

Nº do Caderno

TIPO-001

Nº do Documento

0000000000000000

ASSINATURA DO CANDIDATO

PROVA**Conhecimentos Gerais**
Conhecimentos Específicos
Discursiva-Redação**INSTRUÇÕES**

Quando autorizado pelo fiscal de sala, transcreva a frase ao lado, com sua caligrafia usual, no espaço apropriado na Folha de Respostas.

Economia verde resulta também na melhoria da igualdade social.

- Verifique se este caderno:
 - corresponde a sua opção de cargo.
 - contém 50 questões, numeradas de 1 a 50.
 - contém a proposta e o espaço para o rascunho da Prova Discursiva-Redação.Caso contrário, solicite imediatamente ao fiscal da sala a substituição do caderno.
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Leia cuidadosamente cada uma das questões e escolha a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) ○ (D) ○ (E) ○
- Ler o que se pede na Prova Discursiva-Redação e utilizar, se necessário, os espaços para rascunho.

ATENÇÃO

- Marque as respostas com caneta esferográfica de material transparente de tinta preta ou azul. Não será permitida a utilização de lápis, lapiseira, marca texto, régua ou borracha durante a realização da prova.
- Marque apenas uma letra para cada questão. Será anulada a questão em que mais de uma letra estiver assinalada.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida nenhuma espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos, nem a utilização de livros, códigos, manuais, impressos ou quaisquer anotações.
- Em hipótese alguma o rascunho da Prova Discursiva-Redação será corrigido.
- Você deverá transcrever sua Prova Discursiva-Redação, a tinta, na folha apropriada.
- A duração da prova é de 4 horas e 30 minutos para responder a todas as questões objetivas, preencher a Folha de Respostas e fazer a Prova Discursiva-Redação (rascunho e transcrição) na folha correspondente.
- Ao término da prova, chame o fiscal da sala e devolva todo o material recebido.
- É proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

**CONHECIMENTOS GERAIS****Português**

Atenção: Considere o texto abaixo para responder às questões de números 1 a 5.

Tendo em vista a textura volitiva da mente individual, a perene tensão entre o presente e o futuro nas nossas deliberações, entre o que seria melhor do ponto de vista tático ou local, de um lado, e o melhor do ponto de vista estratégico, mais abrangente, de outro, resulta em conflito.

Comer um doce é decisão tática; controlar a dieta, estratégica. Estudar (ou não) para a prova de amanhã é uma escolha tática; fazer um curso de longa duração faz parte de um plano de vida. As decisões estratégicas, assim como as táticas, são tomadas no presente. A diferença é que aquelas têm o longo prazo como horizonte e visam à realização de objetivos mais remotos e permanentes.

O homem, observou o poeta Paul Valéry, "é herdeiro e refém do tempo". A principal morada do homem está no passado ou no futuro. Foi a capacidade de reter o passado e agir no presente tendo em vista o futuro que nos tirou da condição de animais errantes. Contudo, a faculdade de arbitrar entre as premências do presente e os objetivos do futuro imaginado é muitas vezes prejudicada pela propensão espontânea a atribuir um valor desproporcional àquilo que está mais próximo no tempo.

Como observa David Hume, "não existe atributo da natureza humana que provoque mais erros em nossa conduta do que aquele que nos leva a preferir o que quer que esteja presente em relação ao que está distante e remoto, e que nos faz desejar os objetos mais de acordo com a sua situação do que com o seu valor intrínseco".

(Adaptado de: GIANNETTI, Eduardo. **Auto-engano**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, edição digital)

1. Considere as afirmações abaixo.

- I. Escolhas *táticas* sabiamente visam à realização de objetivos de longo prazo, cujas consequências positivas podem ser sentidas já no momento presente.
- II. Por meio de *decisões estratégicas*, perseguem-se resultados mais duradouros, embora distantes.
- III. Segundo a reflexão de David Hume, seria prudente fazer escolhas no presente considerando suas consequências para o futuro.

Está correto o que consta de

- (A) I e III.
- (B) I e II.
- (C) II e III.
- (D) II.
- (E) III.

2. De acordo com o texto, o homem comete enganos porque

- (A) imagina que renúncias feitas no presente levem a um futuro melhor.
- (B) desconsidera os acertos do passado ao planejar o futuro.
- (C) tem a propensão de repetir, no presente, os mesmos erros do passado.
- (D) tende a dar importância desmedida ao que está mais próximo no tempo.
- (E) atribui valor exagerado a objetivos situados em um futuro imaginado.

3. Contudo, a faculdade de arbitrar entre as premências do presente e os objetivos do futuro imaginado... (3^o parágrafo)

O elemento sublinhado acima introduz, em relação ao que se afirmou antes, uma

- (A) oposição.
- (B) causa.
- (C) consequência.
- (D) finalidade.
- (E) conclusão.



4. Foi a capacidade de [...] agir no presente tendo em vista o futuro que nos tirou da condição de animais errantes. (3º parágrafo)
- Uma redação alternativa para o trecho acima, escrita com correção e lógica, está em:
- (A) Uma vez que tivéssemos tido a capacidade de vislumbrar o futuro, ao tomarmos uma decisão no presente, deixemos a condição de animais errantes.
 - (B) Por termos tido a capacidade de agir no presente visando o futuro, viemos a sermos tirados da condição de animais errantes.
 - (C) Em razão da capacidade de considerar o futuro ao agir no presente, deixamos a condição de animais errantes.
 - (D) Conforme a capacidade de agir, no presente com olhos postos no futuro, teremos sido tirados da condição de animais errantes.
 - (E) À medida que tivermos a capacidade de agir no presente considerando o futuro, sairíamos da condição de animais errantes.
-
5. O homem [...] “é herdeiro e refém do tempo”. A principal morada do homem está no passado ou no futuro. (3º parágrafo)
- Considerado o contexto, o sentido do que se diz acima está corretamente reproduzido em um único período em:
- (A) A principal morada do homem está no passado ou no futuro, mas este é herdeiro e refém do tempo.
 - (B) A principal morada do homem, na qual é herdeiro e refém do tempo, está no passado ou no futuro.
 - (C) O homem é herdeiro e refém do tempo, conquanto sua principal morada esteja no passado ou no futuro.
 - (D) Embora o homem seja herdeiro e refém do tempo, sua principal morada está no passado ou no futuro.
 - (E) O homem, cuja principal morada está no passado ou no futuro, é herdeiro e refém do tempo.
-

Atenção: Considere o texto abaixo para responder às questões de números 6 a 11.

Seis de janeiro, Epifania ou Dia de Reis (em referência aos reis magos), fecha o ciclo natalino que, entre os romanos, festejava o renascimento do sol depois do solstício de inverno (o dia mais curto do ano).

Era uma festa de invocação do sol, pelo fim das noites inverniais. Durante esses festejos pagãos, os papéis sociais se confundiam. Havia troca de presentes e de identidades. O escravo assumia o lugar de senhor, o homem se vestia de mulher – como se, para agradecer à natureza, tivéssemos de reconhecer a arbitrariedade das convenções culturais.

Nesse intervalo de poucos dias, o homem aceitava como natural o que por convenção as relações sociais e de poder não permitiam. Ameaçado pelos caprichos da natureza, reconhecia que as coisas são mais complexas do que estamos dispostos a ver.

É plausível que Shakespeare tenha escrito “Noite de Reis”, segundo Harold Bloom sua comédia mais bem-sucedida, pensando nessa carnavalização solar, para comemorar a Epifania. A peça conta a história de Viola e Sebastian, gêmeos que naufragam ao largo do que hoje seria Croácia, Montenegro ou Albânia, e que no texto se chama Ilíria. Viola acredita que o irmão se afogou. Ao oferecer seus serviços ao duque de Ilíria, ela se disfarça de homem, assumindo o nome de Cesário. É o suficiente para pôr em andamento uma comédia de erros na qual as identidades serão confrontadas com a relatividade das nossas convicções.

O sentido irônico do subtítulo da peça – “o que bem quiserem ou desejarem” – dá a entender que os desejos desafiam as convenções que os encobrem. As convenções se modificam conforme a necessidade. Os desejos as contradizem. Identidade e desejo são muitas vezes incompatíveis.

É o que reivindica a filósofa Rosi Braidotti. Braidotti critica a banalização dos discursos identitários, uma incapacidade de lidar com a complexidade, análoga às soluções simplistas que certos discursos contrapõem às contradições. Diante da complexidade, é natural seguir a ilusão das respostas mais simples.

Sob a graça da comédia, Shakespeare trata da fluidez das identidades. Epifania tem a ver com a luz, com o entendimento e a compreensão. Mas para voltar a ver e compreender é preciso admitir que as contradições são parte constitutiva do mundo. A democracia, em sua imperfeição e irrealização permanentes, depende disso.

(Adaptado de: CARVALHO, Bernardo. Disponível em: www1.folha.uol.com.br)

6. Depreende-se do texto que, durante os festejos romanos mencionados,
- (A) havia troca de presentes entre senhores e escravos, cujos papéis sociais, entretanto, não se confundiam.
 - (B) eram aceitas com naturalidade certas trocas de identidade habitualmente proibidas pela organização social.
 - (C) pessoas do povo recuperavam tradições culturais que haviam sido abolidas pelas classes dominantes.
 - (D) tradições religiosas eram temporariamente suspensas e retomadas após o solstício.
 - (E) ritos pagãos de veneração à natureza mesclavam-se a manifestações religiosas para homenagear os reis magos.



7. A referência à comédia de Shakespeare acentua a seguinte ideia:
- (A) O aspecto lúdico dos rituais de celebração da natureza visa à aceitação dos limites impostos pelas normas sociais.
 - (B) Normas sociais, ainda que arbitrárias, devem ser impostas no intuito de se dominar a natureza humana.
 - (C) As convenções sociais lembram ao homem que a soberania da natureza deve ser reconhecida.
 - (D) O impulso de transpor limites convencionais gera consequências indesejáveis e deve ser evitado.
 - (E) As convenções sociais são arbitrárias e costumam ir de encontro a desejos humanos.
-
8. Leia as afirmações abaixo a respeito da pontuação do texto.
- I. As vírgulas que isolam o segmento *segundo Harold Bloom sua comédia mais bem-sucedida* (4º parágrafo) podem ser substituídas por parênteses sem prejuízo das relações de sentido estabelecidas no contexto.
 - II. Sem prejuízo do sentido original, uma pontuação alternativa para o segmento *O sentido irônico do subtítulo da peça – “o que bem quiserem ou desejarem” – dá a entender que...* (5º parágrafo) é: O sentido irônico do subtítulo da peça: “o que bem quiserem ou desejarem”, dá a entender que...
 - III. No segmento *...como se, para agradar à natureza, tivéssemos de reconhecer a arbitrariedade das convenções culturais* (2º parágrafo), o segmento isolado por vírgulas assinala noção de finalidade.
- Está correto o que se afirma APENAS em
- (A) I e III.
 - (B) I.
 - (C) II e III.
 - (D) I e II.
 - (E) III.
-
9. *É plausível que Shakespeare tenha escrito “Noite de Reis” [...] para comemorar a Epifania. A peça conta a história de Viola e Sebastian, gêmeos que naufragam ao largo do que hoje seria Croácia, Montenegro ou Albânia...* (4º parágrafo)
- Está correta a redação da seguinte frase, em que se contemplam as principais ideias do segmento transcrito acima:
- (A) Admite-se que “Noite de Reis”, de Shakespeare, em cuja a peça se conta a história dos gêmeos, Viola e Sebastian, que naufragam ao largo do que hoje seria Croácia, Montenegro ou Albânia, fora escrita em comemoração à Epifania.
 - (B) A peça “Noite de Reis”, em que se conta a história dos gêmeos Viola e Sebastian, naufragados ao largo do que hoje seria Croácia, Montenegro ou Albânia, pode ter sido escrita por Shakespeare em comemoração da Epifania.
 - (C) A fim de comemorar a Epifania, conforme se atesta, Shakespeare escreveu “Noite de Reis”, peça à qual revela a história dos gêmeos Viola e Sebastian naufragando ao largo do que hoje seria Croácia, Montenegro ou Albânia.
 - (D) A partir da presunção de que Shakespeare escrevera “Noite de Reis” em comemoração à Epifania, têm-se, na peça, a história dos gêmeos Viola e Sebastian cujo naufrágio se deu ao largo do que hoje seria Croácia, Montenegro ou Albânia.
 - (E) Conforme se atribui à Shakespeare a comemoração da Epifania por meio da peça “Noite de Reis”, em que conta-se a história dos gêmeos Viola e Sebastian, que naufragam ao largo do que hoje seria Croácia, Montenegro ou Albânia.
-
10. Depreende-se do contexto que a filósofa Rosi Braidotti, mencionada no 6º parágrafo,
- (A) lança dúvida sobre a noção de que identidade e desejo possam ser conciliados.
 - (B) incentiva a busca de respostas simples para problemas intrincados.
 - (C) critica a simplificação de questões identitárias complexas.
 - (D) considera ilusória a complexidade dos discursos identitários.
 - (E) defende a ideia de que ao discurso devem corresponder ações práticas.
-
11. Está correta a **redação** deste livre comentário:
- (A) Na medida em que nossas convicções sociais são relativas, não surpreendem que as noções de identidade sejam confrontadas a elas.
 - (B) Deve ser visto como fator inerente à consolidação da democracia as contradições que existem na sociedade.
 - (C) As convenções sociais podem ser assimiladas com clareza, mas o desejo que lhes confrontam costumam ser incompreensíveis.
 - (D) Demanda a democracia, sistema em permanente construção, o reconhecimento de que contradições são inerentes às sociedades humanas.
 - (E) Em nome do temor da instabilidade da natureza, já se criou rituais onde se suspendem critérios de controle de impulsos inconscientes.



Atenção: Considere o texto abaixo para responder às questões de números 12 a 14.

Renato Janine Ribeiro: *A velocidade ficou maior do que as pessoas conseguem alcançar. Somos bombardeados diariamente sobre novidades na produção do hardware e do software dos computadores. O indivíduo tem um computador e, em pouco tempo, é lançado outro mais potente. Talvez em breve as pessoas se convençam de que não há necessidade de uma renovação tão frequente. A grande maioria das pessoas usam bem pouco dos recursos de seus computadores. Devemos sempre lembrar que as invenções existem para nos servir, e não o contrário. Quer dizer, a demanda é que as pessoas se adaptem às máquinas, e não que as máquinas se adaptem às pessoas.*

Flávio Gikovate: *Tenho a impressão de que isso não ocorre só com a tecnologia. Tenho a sensação de que sempre chegamos tarde. As pessoas compram muitas coisas desnecessárias. Veja o caso das roupas: só porque a cintura da calça subiu ou desceu ligeiramente, elas trocam todas as que possuíam. Trata-se de um movimento em que as pessoas estão sempre devendo.*

(Adaptado de: GIKOVATE, Flávio & RIBEIRO, Renato Janine. **Nossa sorte, nosso norte**. Campinas: Papirus, 2012)

12. Depreende-se corretamente do texto:

- (A) Ao se referir ao caso das roupas (2º parágrafo), o autor assinala que a indústria da moda impõe estilos de beleza com os quais nem todos concordam.
- (B) Com a afirmação de que *isso não ocorre só com a tecnologia* (2º parágrafo), critica-se o uso inadequado dos recursos oferecidos pelos computadores.
- (C) No segmento *e não o contrário* (1º parágrafo), o autor reforça a ideia de que as invenções existem para servir às pessoas.
- (D) Com o uso do termo *bombardeados* (1º parágrafo), o autor conclui que, se fosse possível, as pessoas prefeririam ser menos dependentes da tecnologia.
- (E) Ao mencionar a *velocidade* (1º parágrafo) dos dias de hoje, o autor enaltece a tendência da indústria tecnológica de estar sempre à procura de ultrapassar a si mesma.

13. Flávio Gikovate: *Tenho a impressão de que isso não ocorre só com a tecnologia*. (2º parágrafo)

Transposto para o discurso indireto, o trecho acima assume a seguinte redação:

- (A) Flávio disse que teria a impressão de que isso não ocorrerá só com a tecnologia.
- (B) Flávio afirmou que teve a impressão de que isso não ocorreria só com tecnologia.
- (C) Tem-se a impressão, conforme afirma Flávio, de que isso não ocorrerá só com a tecnologia.
- (D) Flávio disse que tinha a impressão de que isso não ocorreu só com a tecnologia.
- (E) Flávio afirmou que tinha a impressão de que isso não ocorria só com a tecnologia.

14. No contexto, o verbo que pode ser flexionado no singular, sem prejuízo das relações de sentido e da correção, está sublinhado em:

- (A) *que as invenções existem para nos servir.*
- (B) *que as máquinas se adaptam às pessoas.*
- (C) *elas trocam todas as que possuíam.*
- (D) *A velocidade ficou maior do que as pessoas conseguem alcançar.*
- (E) *A grande maioria das pessoas usam bem pouco dos recursos de seus computadores.*

Raciocínio Lógico-Matemático

15. Maria tem 3 anos de diferença do seu irmão mais velho. Daqui a 9 anos o produto das idades de ambos irá aumentar 288 unidades. A idade de Maria é

- (A) 10
- (B) 11
- (C) 20
- (D) 12
- (E) 9



16. Lívia leu um livro nas férias em 4 dias. No 1º dia, leu um terço do livro. No 2º dia, leu um terço do que faltava. No 3º dia, leu 10 páginas a mais do que tinha lido no 2º dia. No 4º dia, Lívia leu as 30 páginas que faltavam para acabar o livro. O número de páginas do livro de Lívia é
- (A) 240
(B) 180
(C) 150
(D) 480
(E) 360
-
17. Há uma maçã verde, uma maçã vermelha e uma laranja. Deve-se verificar quanto cada fruta pesa, mas só podem ser pesadas duas a duas. As maçãs verde e vermelha juntas pesam 450 g, a maçã verde e a laranja juntas pesam 390 g, a maçã vermelha e a laranja juntas pesam 360 g. A maçã vermelha pesa
- (A) 220 g
(B) 210 g
(C) 205 g
(D) 215 g
(E) 225 g
-
18. Na granja de Celso, há codornas, galinhas e patas. Por dia, Celso recolhe 15 ovos de codorna, 12 ovos de galinha e 9 ovos de pata. O menor número de dias necessários para Celso ter certeza de que recolheu, pelo menos, 1 800 ovos de galinha e 1 500 de pata é
- (A) 150
(B) 316
(C) 156
(D) 167
(E) 100
-
19. Considere a sequência $\frac{2^0}{3^{-1}}; \frac{-2^1}{3^0}; \frac{2^2}{3^1}; \frac{-2^2}{3^2}$ em que o primeiro termo é $\frac{2^0}{3^{-1}}$. O sétimo termo dessa sequência é
- (A) $\frac{64}{243}$
(B) $-\frac{64}{243}$
(C) $\frac{32}{81}$
(D) $-\frac{32}{81}$
(E) $\frac{32}{243}$
-
20. João escolheu um número do conjunto {90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98} que Pedro deve adivinhar. João fez três afirmações mas só uma é verdadeira:
- o número é par.
 - o número é múltiplo de 5.
 - o número é divisível por 3.
- O número máximo de tentativas para que Pedro adivinhe o número escolhido por João é
- (A) 9
(B) 7
(C) 6
(D) 5
(E) 4

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS****Noções de Direito Administrativo**

21. A Administração pública municipal instaurou um pregão para aquisição de mobiliário, a cuja sessão compareceram 6 (seis) interessados. Das seis propostas apresentadas, para viabilizar a escolha pela Administração,
- (A) todos os participantes poderão apresentar sucessivos lances para melhoria de suas propostas, até que seja alcançado o menor valor.
 - (B) o primeiro e o segundo classificados abrirão fase de disputa de lances, que poderão se suceder em até três oportunidades, após o que ficará definido o vencedor.
 - (C) os três melhores colocados, entre os quais foi identificada diferença de valores no intervalo de 2% a 7%, poderão fazer novos lances verbais e sucessivos, até definição do vencedor.
 - (D) a proposta de valor mais baixo será considerada vencedora, desde que seja menor, igual ou superior em até 5% do orçamento referencial da Administração pública.
 - (E) os participantes poderão apresentar um novo lance cada um, fechado, o que possibilitará a reclassificação da ordem inicial, com maior vantajosidade para a Administração pública.
-
22. Um servidor público recém nomeado para cargo efetivo na Administração direta foi convidado para representar o Brasil em conselho internacional situado no exterior, com competência deliberativa em matéria comercial. O servidor, que conta apenas com 15 meses de cargo público, mas possui notório conhecimento na área, o que motivou o convite,
- (A) não poderá representar o Brasil para a finalidade indicada, o que é permitido apenas aos servidores titulares de cargos efetivos que já tenham sido devidamente confirmados.
 - (B) não poderá aceitá-lo, pois o estágio probatório em curso não permite ao servidor a concessão de nenhuma licença ou afastamento, privativos de servidores efetivos.
 - (C) poderá assumir a representação do Brasil, ficando antecipadamente concluído o período de estágio probatório em razão da superioridade das funções a serem desempenhadas em nível internacional.
 - (D) poderá pleitear afastamento, prosseguindo com o cumprimento do estágio probatório na localidade onde se situa o organismo internacional que passará a integrar, sendo de rigor adaptação dos critérios de avaliação às novas atividades desenvolvidas.
 - (E) poderá ser afastado para desempenhar as funções no organismo internacional, operando-se a suspensão do estágio probatório, que voltará a transcorrer após o encerramento da representação no exterior.
-
23. Ademar, ocupante de cargo em comissão em empresa pública, recebia pagamentos para não certificar o inadimplemento de entidades conveniadas que não apresentavam prestação de contas na forma convencionada, o que seria obrigação do servidor. Com isso, as entidades em questão não eram intimadas a devolver os recursos recebidos. Independentemente do vínculo jurídico firmado entre a empresa pública e as entidades mencionadas,
- (A) o servidor público pode ser responsabilizado por ato administrativo que gera prejuízo ao erário, desde que se confirme e comprove que agiu com dolo e má-fé.
 - (B) o empregado em questão não poderá ser responsabilizado por ato de improbidade, porque não possui vínculo estatutário com a empresa pública.
 - (C) a empresa pública não se enquadra na condição de sujeito passivo de improbidade, porque possui geração de receitas próprias e fins lucrativos, podendo a conduta, no entanto, tipificar ilícito penal.
 - (D) diante do comprovado enriquecimento ilícito do servidor, que intencionalmente deixou de emitir certidão declarando a inadimplência das entidades, resta tipificado ato de improbidade.
 - (E) o servidor não poderá ser processado por ato de improbidade que gera prejuízo ao erário, eis que descaracterizado o enriquecimento ilícito pelo fato de os recursos não advirem do Tesouro.
-
24. Um particular que sofreu danos morais e materiais em razão de acidente de trânsito causado por agente público, que estava conduzindo viatura pública durante período de licença-saúde,
- (A) não pode demandar o servidor público diretamente para pleitear indenização, considerando que no momento do acidente este não se enquadraria no conceito formal de agente público, em razão do afastamento a que estava sujeito.
 - (B) deve demandar o servidor em caráter pessoal e integral, tendo em vista que este, além da responsabilidade civil que se lhe imputa, agia em desacordo com as normas disciplinares.
 - (C) deve representar o servidor por infração disciplinar, bem como seu superior hierárquico imediato, em razão do desempenho de função pública em período de afastamento, somente após o que poderá haver apuração de responsabilidade civil.
 - (D) pode demandar diretamente o servidor público causador do acidente, que responde objetivamente em razão da prática flagrante de infração disciplinar.
 - (E) pode demandar a Administração pública para pleitear indenização pelos danos sofridos, sem prejuízo de poder processar diretamente o servidor público, ainda que este estivesse exercendo suas funções irregularmente.



25. Os atos praticados pelos administradores de uma sociedade de economia mista, nesta qualidade,
- (A) podem ter natureza de ato administrativo, a exemplo de decisões indeferindo requerimento de informações, formulado por particular, sobre os serviços públicos prestados pela empresa.
 - (B) têm natureza de ato administrativo discricionário, a exemplo da decisão que aprova a locação de imóveis da empresa que estejam desocupados.
 - (C) têm natureza vinculada quando se prestarem a autorizar a alienação de imóveis da empresa que não estejam sendo utilizados para atividades afetas a seu objeto social.
 - (D) estão sujeitos à revisão administrativa pela Administração direta, sempre que implicarem indeferimento de pleitos dos empregados públicos ou de particulares.
 - (E) estão sujeitos à hierarquia administrativa da Administração direta, porque praticados por pessoa jurídica integrante desta estrutura administrativa.
-
26. Quando o Executivo desempenha suas funções por meio do exercício do poder regulamentar,
- (A) edita atos de caráter concreto e específico, passíveis de serem impugnados individualmente.
 - (B) pode inovar o ordenamento jurídico, desde que se esteja diante de lacunas legais em matéria de interesse público.
 - (C) deve observar os limites postos pela lei para explicitar os dispositivos desta, detalhando, por exemplo, o procedimento de aplicação da norma regulamentada.
 - (D) avoca competências típicas de poder de polícia, podendo instituir limitações aos direitos dos particulares, em caráter isonômico.
 - (E) edita atos administrativos de natureza vinculada, porque estes não podem desbordar da lei à qual estão submetidos.
-

Noções de Direito Constitucional

27. Antônia tem 18 anos, Pedro 20 anos, João 30 anos e Miguel 40 anos. Entendendo-se que as demais condições de elegibilidade foram preenchidas e levando-se em consideração apenas a idade mínima, em conformidade com a Constituição Federal, Antônia
- (A) e Pedro podem ser eleitos para o cargo de Vereador; João e Miguel podem ser eleitos para o cargo de Vereador, de Prefeito, de Governador ou de Presidente da República.
 - (B) e Pedro podem ser eleitos para o cargo de Vereador ou de Prefeito; João pode ser eleito para o cargo de Vereador, de Prefeito ou de Governador; Miguel pode ser eleito para o cargo de Vereador, de Prefeito, de Governador ou de Presidente da República.
 - (C) pode ser eleita para o cargo de Vereadora; Pedro pode ser eleito para o cargo de Vereador ou de Prefeito; João pode ser eleito para o cargo de Vereador, de Prefeito ou de Governador; Miguel pode se eleito para o cargo de Vereador, de Prefeito, de Governador ou de Presidente da República.
 - (D) e Pedro podem ser eleitos para o cargo de Vereador; João pode ser eleito para o cargo de Vereador, de Prefeito ou de Governador; Miguel pode ser eleito para o cargo de Vereador, de Prefeito, de Governador ou de Presidente da República.
 - (E) pode ser eleita para o cargo de Vereadora ou de Prefeita; Pedro pode ser eleito para o cargo de Vereador, de Prefeito ou de Governador; João e Miguel podem ser eleitos para o cargo de Vereador, de Prefeito, de Governador ou de Presidente da República.
-
28. Adão desmaiou no jardim de sua casa no momento em que Adelina transitava na frente do imóvel. A pedestre então empurrou o portão e adentrou o imóvel, durante a noite, para prestar socorro a Adão. De acordo com a Constituição Federal, Adelina
- (A) não agiu corretamente, pois não podia ter entrado no imóvel de Adão, já que a casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador.
 - (B) agiu corretamente, pois podia ter penetrado no imóvel de Adão, já que o fez para lhe prestar socorro.
 - (C) não agiu corretamente, pois podia ter entrado no imóvel de Adão apenas no caso de flagrante delito, já que a casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador.
 - (D) agiu corretamente, pois é permitida a penetração no imóvel de Adão sem o seu consentimento apenas para prestar socorro e por determinação judicial em qualquer horário, seja durante o dia ou à noite.
 - (E) não agiu corretamente, pois podia ter entrado no imóvel de Adão apenas com a sua permissão ou, durante o dia, por determinação judicial, já que a casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador.
-



29. Considere:

- I. Seguro-desemprego, em caso de desemprego voluntário ou involuntário.
- II. Irredutibilidade do salário, salvo o disposto em convenção ou acordo coletivo.
- III. Gozo de férias anuais remuneradas com, pelo menos, um terço a mais do que o salário normal.
- IV. Aviso prévio proporcional ao tempo de serviço, sendo no máximo de trinta dias, nos termos da lei.

Em conformidade com a Constituição Federal, são direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social, aqueles contidos em

- (A) III e IV, apenas.
- (B) I, II, III e IV.
- (C) I e IV, apenas.
- (D) I e II, apenas.
- (E) II e III, apenas.

30. Alejandro é brasileiro naturalizado e está sendo acusado judicialmente de exercer atividade nociva ao interesse nacional; Cláudia é brasileira nata e teve uma outra nacionalidade originária assim reconhecida pela lei estrangeira; Marcos é brasileiro nato residente em Estado estrangeiro, tendo se naturalizado naquele país como condição para sua permanência no território. Com fundamento na Constituição Federal, sentença judicial poderá declarar a perda da nacionalidade a

- (A) Alejandro e Cláudia, apenas.
- (B) Alejandro, Cláudia e Marcos.
- (C) Cláudia e Marcos, apenas.
- (D) Alejandro, apenas.
- (E) Alejandro e Marcos, apenas.

31. Lineu é juiz federal titular de vara de competência mista e deve decidir acerca da sua competência com relação a três processos que lhe foram distribuídos: o primeiro trata de causa de ação referente a acidente de trabalho, na qual entidade autárquica Federal (INSS) figura como ré; o segundo se refere a causa entre Estado estrangeiro e município; e o terceiro versa sobre crime contra a organização do trabalho. Com base na Constituição Federal, Lineu deve dar-se por

- (A) incompetente para processar e julgar a primeira causa e competente para processar e julgar a segunda e a terceira causas.
- (B) competente para processar e julgar a primeira causa e incompetente para processar e julgar a segunda e a terceira causas.
- (C) competente para processar e julgar as três causas.
- (D) incompetente para processar e julgar as três causas.
- (E) competente para processar e julgar a primeira e a segunda causas e incompetente para processar e julgar a terceira causa.

32. Ronaldo é Ministro de Estado e Paulo é Secretário Municipal. No que concerne à remuneração de ambos os servidores públicos e obedecido o disposto na Constituição Federal, Ronaldo

- (A) será remunerado exclusivamente por subsídio fixado em parcela única, vedado o acréscimo de adicional, prêmio e verba de representação, enquanto Paulo será remunerado por subsídio fixado em parcela única, sendo possível o acréscimo de adicional e prêmio, vedada verba de representação.
- (B) e Paulo serão remunerados por subsídio fixado em parcela única, sendo possível o acréscimo de adicional e prêmio, vedada verba de representação.
- (C) e Paulo serão remunerados exclusivamente por subsídio fixado em parcela única, vedado o acréscimo, dentre outras vantagens, de adicional, prêmio e verba de representação.
- (D) e Paulo serão remunerados por subsídio fixado em parcela única, sendo possível, dentre outras vantagens, o acréscimo de adicional, prêmio e verba de representação.
- (E) e Paulo serão remunerados por subsídio fixado em parcela única, sendo possível o acréscimo de adicional e verba de representação e vedado prêmio.

**Noções de Direito Processual Civil**

33. João, domiciliado em São Paulo, pretende ajuizar contra Antônio, domiciliado em Salvador, ação para postular a declaração da propriedade de automóvel que foi licenciado no município de Aracaju e se acha na posse de Ricardo, que tem domicílio em Manaus. Nesse caso, segundo as regras de competência previstas no Código de Processo Civil, a ação deverá ser proposta no foro de
- (A) São Paulo.
 - (B) Salvador.
 - (C) Aracaju.
 - (D) Manaus.
 - (E) São Paulo, Salvador, Aracaju ou Manaus, segundo exclusivo critério do autor.
-
34. Sobre Juizados Especiais Cíveis da Justiça Federal, é correto afirmar:
- (A) São regidos pela Lei nº 10.259/2001 e a eles não se aplica a Lei nº 9.099/1995, que dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais da Justiça Estadual.
 - (B) Compete ao Juizado Especial Cível da Justiça Federal processar, conciliar e julgar causas de competência da Justiça Federal até o valor máximo de quarenta salários mínimos, bem como executar as suas sentenças.
 - (C) Autarquias e fundações federais podem ser parte no Juizado Especial Cível da Justiça Federal, como autoras, desde que a causa respeite o valor de alçada.
 - (D) No foro onde estiver instalada Vara do Juizado Especial Cível da Justiça Federal, a sua competência é relativa.
 - (E) Excluem-se da competência do Juizado Especial Cível da Justiça Federal as ações que tenham por objeto a anulação ou cancelamento de ato administrativo federal, salvo o de natureza previdenciária e o de lançamento fiscal.
-
35. André ajuizou ação de cobrança contra Reinaldo e Letícia, demandando o pagamento de alugueres de um imóvel que lhes havia locado, mediante contrato verbal. Em sua contestação, Reinaldo nega a existência de locação, argumentando que o imóvel lhes havia sido cedido em comodato. Por sua vez, na contestação de Letícia, ela admite a existência da locação, sustentando que ela e Reinaldo, seu irmão, deixaram de pagar os alugueres por conta de dificuldades financeiras. Nesse caso, dada a existência do litisconsórcio passivo, a confissão de Letícia quanto à existência da locação
- (A) faz prova apenas contra ela, Letícia.
 - (B) faz prova contra ela, Letícia, e também contra Reinaldo.
 - (C) faz prova apenas contra Reinaldo.
 - (D) faz prova contra ela, Letícia, somente se corroborada por outros meios.
 - (E) não faz prova contra ela, Letícia, nem contra Reinaldo.
-
36. Patrícia ajuizou ação indenizatória contra a União. Sem examinar a prova produzida nem apreciar nenhum dos fundamentos deduzidos na contestação, o juiz pronunciou, de ofício, a prescrição, extinguindo o processo por meio de sentença, contra a qual não foi interposto nenhum recurso no prazo legal. Nesse caso, a sentença
- (A) importou em resolução de mérito, fazendo coisa julgada formal, mas não material.
 - (B) importou em resolução de mérito, fazendo coisa julgada material.
 - (C) não importou em resolução de mérito, nem fez coisa julgada.
 - (D) não importou em resolução de mérito, fazendo coisa julgada formal, mas não material.
 - (E) não importou em resolução de mérito, fazendo coisa julgada material.
-
37. Rodolfo ajuizou ação contra Felipe, versando o litígio sobre direito indisponível. Devidamente citado, o réu não ofereceu contestação no prazo legal, tornando-se revel. Nesse caso, a revelia
- (A) impõe que o pedido seja julgado procedente.
 - (B) torna precluso o direito de produzir provas.
 - (C) veda a interposição de recurso contra a sentença.
 - (D) impede o réu de intervir no processo, salvo na fase de cumprimento de sentença.
 - (E) não enseja a presunção da veracidade das alegações de fato formuladas pelo autor.

**Noções de Direito Processual Penal**

38. Ricardo está sendo processado por crime de furto, praticado contra uma empresa pública federal, cujo processo tramita em uma das varas federais, com competência criminal, de Porto Alegre-RS. No curso do processo, o advogado constituído de Ricardo apresentou pedido ao Magistrado que preside o feito para reconhecimento da prescrição e consequente extinção da punibilidade do réu (Ricardo). O pedido é indeferido pelo Magistrado. Nesse caso, nos termos preconizados pelo Código de Processo Penal, o advogado de Ricardo poderá interpor recurso
- (A) em sentido estrito, no prazo de 10 dias.
 - (B) de apelação, no prazo de 5 dias.
 - (C) em sentido estrito, no prazo de 5 dias.
 - (D) de apelação, no prazo de 10 dias.
 - (E) de apelação, no prazo de 15 dias.
-
39. Xisto está sendo processado por crime de lavagem de dinheiro, pois ocultou valores em espécie recebidos ilicitamente de empresa pública federal. No curso do processo, Xisto, assistido por seu advogado, resolve colaborar espontaneamente com as autoridades, prestando esclarecimentos que conduzam à apuração das infrações penais, à identificação dos autores, coautores e partícipes, ou à localização dos bens, direitos ou valores objeto do crime. Na hipótese em questão, nos termos preconizados pela legislação específica sobre o tema (Lei nº 9.613/1998), no caso de condenação,
- (A) a pena de Xisto poderá ser reduzida em até um sexto e ser cumprida em regime aberto ou semiaberto, sendo vedado ao Magistrado deixar de aplicá-la.
 - (B) a pena de Xisto poderá ser reduzida até a metade e ser cumprida em regime aberto ou semiaberto, vedada a substituição por pena restritiva de direitos.
 - (C) a pena de Xisto poderá ser reduzida em até um terço e ser cumprida em regime semiaberto, vedado o regime aberto, facultando-se ao juiz substituí-la, a qualquer tempo, por pena restritiva de direitos.
 - (D) não será possível a redução da pena privativa de liberdade, mas o Magistrado poderá determinar o seu cumprimento em regime aberto ou semiaberto, e a substituição por pena restritiva de direitos a qualquer tempo.
 - (E) a pena de Xisto poderá ser reduzida de um a dois terços e ser cumprida em regime aberto ou semiaberto, facultando-se ao juiz deixar de aplicá-la ou substituí-la, a qualquer tempo, por pena restritiva de direitos.
-
40. Considere o seguinte caso hipotético: Méteo, Procurador da República, com atuação em Porto Alegre, viaja de carro com a família para o litoral norte de São Paulo. Durante o trajeto, no início da Rodovia dos Imigrantes, ainda na cidade de São Paulo, acaba perdendo o controle do veículo e atropela uma pessoa que estava no acostamento trocando o pneu do seu carro, a qual é socorrida ao hospital mais próximo, situado na cidade de São Bernardo do Campo, mas vem a óbito. Méteo é denunciado por crime de homicídio culposo na direção de veículo automotor. No caso em tela, a competência para processar e julgar o Procurador da República Méteo é
- (A) do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.
 - (B) do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, que abrange São Paulo e Mato Grosso do Sul, pois o crime ocorreu no estado de São Paulo.
 - (C) do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, pois ele oficia junto ao juízo federal abrangido por aquele tribunal.
 - (D) de uma das varas federais, com atribuição criminal, da 1ª Subseção Judiciária do Estado de São Paulo – capital.
 - (E) de uma das varas criminais da justiça estadual de São Paulo – capital.
-
41. Ronaldo, mediante seu advogado José, apresenta queixa-crime contra Silvana, Fábio e Rodrigo, imputando-lhes os crimes de calúnia e difamação. Sobre o caso hipotético apresentado e a queixa-crime, nos crimes de ação penal privada, nos moldes estabelecidos pelo Código de Processo Penal, é INCORRETO afirmar:
- (A) O perdão concedido por Ronaldo à querelada Silvana a todos aproveitará, ainda que recusado por Fábio e Rodrigo.
 - (B) O Ministério Público poderá aditar a queixa-crime, no prazo de 03 dias, contados do recebimento dos autos, e deverá intervir em todos os termos subsequentes do processo.
 - (C) Se a uma quarta pessoa for imputado o mesmo crime de Silvana, Fábio e Rodrigo, o Ministério Público deverá zelar pela indivisibilidade da ação penal, obrigando o querelante Ronaldo ao processamento de todos.
 - (D) Estará perempta a ação penal privada iniciada por queixa-crime apresentada por Ronaldo se este deixar de promover o andamento do processo durante 30 dias seguidos.
 - (E) José, advogado de Ronaldo, para ajuizar a ação penal privada, deverá estar munido de procuração com poderes especiais, constando, em regra, o nome do querelante e a menção do fato criminoso.



42. No dia 20 de Janeiro de 2019, durante a madrugada, um hipermercado situado na cidade de Curitiba foi roubado por cinco indivíduos armados. No curso da investigação a autoridade policial identificou Manuel e Joaquim, ambos atualmente em local incerto e não sabido, como sendo dois dos cinco roubadores. Imediatamente a Autoridade Policial encaminhou representação ao juízo competente para decretação das prisões temporárias de Manuel e Joaquim, alegando ser imprescindível para as investigações do inquérito policial. Nesse caso, o Magistrado, ao se defrontar com a representação veiculada pela autoridade policial,
- (A) poderá decretar as prisões temporárias pelo prazo de 10 (dez) dias, sem possibilidade de prorrogação.
 - (B) poderá decretar as prisões temporárias pelo prazo de 5 (cinco) dias, sem possibilidade de prorrogação.
 - (C) não poderá decretar as prisões temporárias, uma vez que compete exclusivamente ao Ministério Público apresentar a necessária representação.
 - (D) poderá decretar as prisões temporárias pelo prazo de 10 (dez) dias, prorrogável por igual período em caso de extrema e comprovada necessidade.
 - (E) poderá decretar as prisões temporárias pelo prazo de 5 (cinco) dias, prorrogável por igual período em caso de extrema e comprovada necessidade.

Noções de Direito Previdenciário

43. Sobre o Sistema de Seguridade Social no Brasil, é correto afirmar:
- (A) É um sistema de gestão bipartite entre governo e sociedade nas políticas de Previdência, Assistência e Saúde.
 - (B) São princípios para os benefícios da Seguridade Social: a universalidade da cobertura de atendimento, a uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais; a seletividade e distributividade na prestação dos benefícios e serviços e a irredutibilidade do valor dos benefícios.
 - (C) A Saúde é um sistema não contributivo, mas a Previdência e a Assistência Social são contributivas por ocasião dos benefícios previdenciários e do amparo assistencial ao idoso e ao deficiente.
 - (D) Há diversidade na base de financiamento da Previdência Social e seu custeio é realizado pelas contribuições do empregador, da empresa e da entidade a ela equiparada na forma da lei, do trabalhador e dos demais segurados da previdência social, não incidindo contribuição sobre aposentadoria e pensão concedidas pelo Regime Geral da Previdência Social (RGPS), bem como do importador de bens ou serviços do exterior, ou de quem a lei a ele equiparar.
 - (E) O benefício ou serviço da seguridade social pode ser criado, majorado ou estendido sem a correspondente fonte de custeio.
44. Sobre os benefícios por incapacidade é INCORRETO afirmar:
- (A) Para os empregados e para os empregados domésticos, o empregador ficará obrigado a pagar os 15 primeiros dias de afastamento da licença-saúde, e só a partir do décimo sexto dia o segurado afastado receberá do INSS.
 - (B) A carência para o auxílio-doença é de 12 meses, salvo nos casos de acidentes de trabalho e de qualquer natureza, bem como no caso de doenças e afecções especificadas em lista elaborada pelos Ministérios da Saúde e da Previdência Social.
 - (C) Não haverá direito ao auxílio-doença nos casos de doença preexistente, salvo quando a incapacidade sobrevier por motivo de progressão ou agravamento da doença ou da lesão.
 - (D) Será pago um adicional de 25% no valor da aposentadoria por invalidez para aqueles que necessitam de ajuda permanente de terceiros.
 - (E) O auxílio acidente é um benefício por incapacidade que será pago ao segurado no término do auxílio-doença decorrente de acidentes de trabalho ou de qualquer natureza. Deverá ser comprovada a redução da capacidade laboral para que haja direito ao benefício.

45. Os benefícios previdenciários são uma forma de indenização sobre a eclosão do risco social previdenciário. Sobre esses benefícios é correto afirmar:
- (A) Poderá ser concedido o salário-maternidade a mais de um segurado, decorrente do mesmo processo de adoção ou guarda, ainda que os cônjuges ou companheiros estejam submetidos a Regime Próprio de Previdência Social, ressalvado o pagamento do salário-maternidade à mãe biológica.
 - (B) De acordo com a legislação atual, a aposentadoria especial será devida pela profissão que o segurado possui ou pela exposição aos agentes químicos, físicos e biológicos ou associação de agentes.
 - (C) O professor ou a professora da educação infantil, fundamental e ensino médio, bem como o do superior terão direito a se aposentar com 25 anos de contribuição, se mulher, e 30 anos de contribuição, se homem.
 - (D) O valor do auxílio-acidente poderá ser integrado ao salário de contribuição para fins de cálculo da futura aposentadoria. Por essa razão atualmente a aposentadoria e o auxílio-acidente não se cumulam.
 - (E) Haverá obrigatoriedade da incidência legal do fator previdenciário nas aposentadorias especial e por idade.

**Noções de Direito Tributário**

46. Conforme o Código Tributário Nacional (CTN), a obrigação tributária
- (A) depende, na essência, de o contribuinte, pessoa natural ou jurídica, estar sujeito a medidas que importem privação ou limitação do exercício de atividades civis, comerciais ou profissionais, ou da administração direta de seus bens ou negócios.
 - (B) decorre da legislação tributária e tem por objeto as prestações, positivas, de pagar, ou negativas, de receber, tributos, decorrentes da utilização, ou não utilização, dos serviços públicos federais, estaduais ou municipais, pelo cidadão residente no país.
 - (C) tem como fato gerador a conduta ativa ou omissiva do sujeito ativo face ao sujeito passivo, abrangendo os serviços prestados ou não prestados, pelo município ao munícipe, tais como segurança e proteção à vida, à liberdade, à intervenção externa, à educação de nível superior e ao patrimônio.
 - (D) depende, para ser cobrada coativamente, da capacidade civil passiva das pessoas naturais e da existência de responsável que tenha relação pessoal e direta com a situação que constitua o respectivo fato gerador.
 - (E) principal surge com a ocorrência do fato gerador, tem por objeto o pagamento de tributo ou penalidade pecuniária e extingue-se juntamente com o crédito dela decorrente.
-
47. O crédito tributário tem características distintas do crédito civil e, conforme o Código Tributário Nacional (CTN),
- (A) compete privativamente à autoridade administrativa constituir o crédito tributário pelo lançamento, assim entendido o procedimento administrativo tendente a verificar a ocorrência do fato gerador da obrigação correspondente, determinar a matéria tributável, calcular o montante do tributo devido, identificar o sujeito passivo e, sendo o caso, propor a aplicação da penalidade cabível.
 - (B) compete ao contribuinte, responsável ou coobrigado pelo valor devido, constituir o crédito tributário pelo pagamento do imposto devido, após o prévio exame da autoridade administrativa, no chamado alto lançamento, na hipótese de tributo relativo a operações no mercado financeiro, grandes heranças ou grandes fortunas, por exemplo.
 - (C) será suspensa a exigibilidade do crédito tributário na hipótese de moratória, depósito do montante parcial ou integral, ou de reclamações nos órgãos de defesa da cidadania e igualdade.
 - (D) o crédito tributário será extinto apenas pelo pagamento, parcelamento, decisão judicial ou morte do devedor.
 - (E) existindo simultaneamente dois ou mais débitos vencidos, do mesmo sujeito passivo, para com o mesmo ou diferentes credores, relativos ao mesmo ou a diferentes tributos, a autoridade administrativa que receber o pagamento determinará a respectiva imputação, obedecidas as seguintes regras: primeiro os créditos da União, e depois os dos estados e municípios, em conjunto e proporcionalmente.
-
48. A Constituição Federal de 1988 estabelece que o Brasil é uma república federativa formada pela união indissolúvel dos estados e municípios e do distrito federal, e na parte que trata DA TRIBUTAÇÃO E DO ORÇAMENTO, determina as competências tributárias da União, Estados, Distrito Federal e Municípios. Conforme a referida Constituição, são tributos que podem ser instituídos pela União:
- (A) imposto sobre operações de crédito, contribuição de melhoria, contribuição para o custeio da iluminação pública e imposto sobre serviços.
 - (B) imposto sobre a renda, imposto sobre importação de produtos estrangeiros e imposto sobre grandes fortunas.
 - (C) contribuição de intervenção no domínio econômico, contribuição de melhoria, imposto sobre propriedades territoriais urbanas e taxa de fiscalização de portos e ferrovias.
 - (D) taxa de serviço de polícia de fronteira, contribuição previdenciária, imposto sobre a renda, e imposto sobre a propriedade de veículos automotores terrestres e aquáticos.
 - (E) taxa de expedição de certidões, taxa de vigilância sanitária, imposto sobre produtos industrializados destinados ao exterior e imposto sobre propriedade territorial urbana.

Noções sobre Direitos das Pessoas com Deficiência

49. Nos termos da Lei nº 10.098/2000, o passeio público
- (A) não faz parte da via pública.
 - (B) está sempre no mesmo nível da via pública.
 - (C) destina-se exclusivamente à circulação de pedestres, não podendo ter qualquer outra destinação.
 - (D) é elemento obrigatório de urbanização.
 - (E) é considerado um mobiliário urbano.
-
50. João é pessoa com deficiência e pretende passar férias com seus amigos em um bonito hotel localizado no estado do Paraná. Referido hotel foi construído em 2010 e possui 150 dormitórios. Nos termos da Lei nº 13.146/2015, o hotel deverá disponibilizar, pelo menos,
- (A) 2 dormitórios acessíveis.
 - (B) 10 dormitórios acessíveis.
 - (C) 15 dormitórios acessíveis.
 - (D) 5 dormitórios acessíveis.
 - (E) 7 dormitórios acessíveis.

PROVA DISCURSIVA-REDAÇÃO**Instruções Gerais:**

Conforme Edital publicado Capítulo 11. 11.3 Na **Prova Discursiva-Redação**, o candidato deverá desenvolver texto dissertativo-argumentativo a partir de proposta única, sobre assunto de interesse geral não atrelado necessariamente ao Conteúdo Programático de Conhecimentos Específicos referido no presente Edital. 11.4.4 Na aferição do critério de correção gramatical, por ocasião da avaliação do desempenho na **Prova Discursiva-Redação** a que se refere este Capítulo, deverão os candidatos valer-se das normas ortográficas em vigor, implementadas pelo Decreto Presidencial nº 6.583, de 29 de setembro de 2008, e alterado pelo Decreto nº 7.875, de 27 de dezembro de 2012, que estabeleceu o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa. 11.5 Será atribuída nota ZERO à **Prova Discursiva-Redação** que: a) fugir à modalidade de texto solicitada e/ou ao tema proposto; b) não atender aos critérios dispostos nos quesitos 11.4.1 – **Conteúdo**, 11.4.2 – **Estrutura** e 11.4.3 – **Expressão**. c) apresentar texto sob forma não articulada verbalmente (apenas com desenhos, números e palavras soltas ou em versos) ou qualquer fragmento de texto escrito fora do local apropriado; d) for assinada fora do local apropriado; e) apresentar qualquer sinal que, de alguma forma, possibilite a identificação do candidato; f) estiver em branco; g) apresentar letra ilegível e/ou incompreensível; h) não atender aos requisitos definidos na grade correção/máscara de critérios pela Banca Examinadora. 11.6 Na **Prova Discursiva-Redação**, a folha para rascunho no Caderno de Provas será de preenchimento facultativo. Em hipótese alguma o rascunho elaborado pelo candidato será considerado na correção pela Banca Examinadora. 11.7 Na **Prova Discursiva-Redação** deverão ser rigorosamente observados os limites mínimo de **20 (vinte) linhas e máximo de 30 (trinta) linhas**, sob pena de perda de pontos a serem atribuídos à Redação. 11.8 A **Prova Discursiva-Redação** terá caráter eliminatório e classificatório e será avaliada na escala de 0 (zero) a 10 (dez) pontos, considerando-se habilitado o candidato que nela obtiver **nota igual ou superior a 5 (cinco) pontos**.

Observação: NÃO é necessária e/ou obrigatória a colocação de título na sua Redação.

1

O que nossa época nos exige? Euforia, confiança, velocidade. Temos de ser proativos. O que ela nos promete? Se soubermos traçar nossas metas e construir nossa estratégia, atingiremos o sucesso. Se produzirmos e consumirmos, alcançaremos a felicidade. Ser feliz deixou de ser uma possibilidade esporádica para se tornar uma obrigação permanente. Para nós, seres desta época, nada menos que o gozo pleno. Fora disso, só o fracasso. E o fracasso, este é sempre pessoal. Se não alcançamos o que nos prometeram no final do arco-íris é porque cometemos algum erro no caminho. E fracassar, como sabemos, passou a ser não um fato inerente à vida, mas uma vergonha.

(Adaptado de: BRUM, Eliane. **Revista Época**. Disponível em: revistaepoca.globo.com)

2

“Pessoas proativas buscam naturalmente novos desafios, procuram respostas diferentes para os problemas e engajam as pessoas. A proatividade está intimamente relacionada ao aumento de produtividade”, diz Glaucy Bocci, gerente e líder da prática de liderança e talento. Outro significado para proatividade diz respeito à capacidade de antever a mudança de contexto interno, ou o cenário de negócios, e agir.

(Adaptado de: DE FRANÇA, Luiz. **Revista Exame**. Disponível em: exame.abril.com.br)

Baseando-se na relação entre as ideias presentes nos textos de apoio 1 e 2, e em seu conhecimento a respeito das questões suscitadas, redija uma dissertação de caráter **argumentativo** sobre o tema:

Proatividade – uma felicidade prometida

**PROVA DISCURSIVA-REDAÇÃO**

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	